

Cardoso deixa o Senado e anuncia reformas

■ Presidente eleito se despede do Congresso e prega mudanças na Constituição para cumprir suas metas políticas e econômicas

Volto a esta tribuna, não para uma despedida, mas para uma palavra de gratidão e fidelidade.

Há dois anos, quando aqui fazia seu discurso de estreia, era o intelectual que as armadilhas do autoritarismo afastaram compulsoriamente da esfera universitária e converteram em aprendiz de político.

Hoje, venho uma etapa desse aprendizado, sinto a emoção de chegar a casa onde não fiz plena e orgulhosamente político. E com o diploma de primeiro mandatário que o povo generosamente me concedeu, venho à presença dos meus pares dizer do fundo do coração: muito obrigado.

Lições política democrática — Obrigado pela palavra permanente do diálogo, do debate — frequentemente acalorado, crispado, aqui e ali, pelo risco de apassos que fomos capazes de superar, para o bem do Brasil; mas sempre leal e construtivo. Não poderia haver exercício mais gratificante do que esse para alguém, como eu, que entende que a política democrática deve ser uma forma de convivência enriquecedora nas próprias ideias, mas ouvindo as razões do outro e medindo as consequências dos próprios atos. Porque o modo democrático de mudança significa também mudança das consciências através do convencimento. E esse, quando não é imposição disfardada, é um processo de esclarecimento recíproco que capta a possibilidade tanto de convencer como de ser convencido.

Obrigado pelos exemplos de espírito público que tive a felicidade de colher nesta Casa. Foram tantos, e de tantos lados, que só fizera fortalecer em mim a certeza de que a devoção à busca do bem comum não é monopólio de ninguém; não conhecemos fronteiras de partidos, nem de ideologias, nem de interesses regionais ou de classe. Exige apenas generosidade para pensar no que é melhor para o país, como um todo, e discernimento para julgar o que é melhor. Discernimento que provém — e isto eu também aprendi aqui — muito mais de experiência no trato da coisa pública do que de qualquer saber teórico.

Estarei nesta tribuna rendendo homenagem a dois políticos — Ulisses Guimarães e André Franco Montoro — que para mim encarnam no mais alto grau as virtudes do espírito público e da capacidade de diálogo.

Hoje eu gostaria de deixar registrada nos anais do Senado uma manifestação de reconhecimento a todos quantos, nesta casa e fora dela, fizeram das mesmas virtudes as armaduras da ponte que deu passagem à transição democrática.

As eleições marcaram o fim da transição — Acontece que, quando colocamos a mão sobre um ponto final na transição. Depois de 16 anos de marchas e contramarchas, a "abertura lenta e gradual" do ex-presidente Geisel parece finalmente chegar ao porto seguro de uma democracia consolidada — e aqui falo mais como observador da história recente do que como presidente eleito.

É um edifício acabado essa democracia? Decerto que não. Há uma agenda de reformas políticas que não se esgotou na questão do sistema de governo. Teremos de encaminhar essas reformas, até para compatibilizar a opção presidencialista do eleitorado com os requisitos de legitimidade e eficiência das instituições representativas.

Quando digo que a transição chegou a bom termo, não me refiro, portanto, ao enraizamento da democracia no solo firme da sociedade brasileira.

Esta é uma boa notícia que as eleições confirmaram.

É verdade que as frustrações políticas dos últimos anos cobram seu preço. Ali está o aumento do absentismo e dos votos brancos e nulos, os não aderir que se reservam de esperança do povo podem ser grandes, mas não são inesgotáveis.

Apesar disso, a imensa maioria apoiou mais uma vez na participação eleitoral. E distribuiu maciçamente seus votos entre opções que, bem pesadas as diferenças, apontavam para um horizonte comum de mudanças com liberdade.

Nestes meses de andanças pelo Brasil, quantas vezes não li no olhar do eleitor mais humildes, nos lugares mais remotos, a mensagem atenta de confiança, mas também de cobrança ativa de quem sabe e se orgulha de ser cidadão? Quem leva no rosto a sensação de que não tem nada a perder e que não se sente em palavras, saberá repetir tanto o saluto ao escuro como o retrocesso a situações autoritárias. Ou — o que seria talvez o pior cenário — o marasmo de uma democracia meramente formal, esvaziada de conteúdo econômico e social pelas pragas do elitismo, do fisiologismo e do corporativismo.

Não deixo de ser esperançoso que uma sociedade marcada por tamanhas desigualdades, e castigada, no passado recente, por decepções tão amargas com seus representantes, tenha sido capaz de marchar para as urnas com tanta tranquilidade. E, que, afinal, saia das eleições um homem em torno do qual possam competir, com o mesmo vigor e a mesma competência.

Eu me pergunto: e nós, os depositários desse voto de confiança? Seremos capazes de superar nossas próprias deficiências para corresponder aos anseios da sociedade?

Creio que também neste terreno há sinais alvissareiros.

Salmos da refrega eleitoral sem cicatrizes pessoais ou partidárias, pelo menos no plano nacional. Na imprensa, aqui e ali, chegaram a reclamar da "frieza" da campanha presidencial. Eu não vi frieza. Vi, sim, a busca de uma escolha mais refletida por parte do eleitorado, e um clima de civildade entre os candidatos — ambiente para o qual procurei contribuir e pelo qual sou grato aos meus competidores.

As circunstâncias facilitam que seja assim.

O colapso das fronteiras ideológicas, no mundo repercutido, até com algum atraso, na política doméstica, atenuando os impetuosos setecentos à esquerda e à direita.

A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de transição, e o modo sobreviver ao pacto da aliança democrática, também não vigora mais. Não polariza as forças políticas nem o eleitorado. As tentativas de restabelecer esse divisor de águas no processo eleitoral frustraram-se. Se ainda cou-

bessem dúbias, cairam por terra diante das alianças feitas: por todos no segundo turno das eleições de governador.

O amadurecimento da sociedade veio acompanhado, assim, de uma saudável dissolução das forças políticas. Saudável, não porque a polarização seja um mal em si — ao contrário, ela é a mola do processo democrático. Saudável, porque a remoção das barreiras do passado abriu caminho para um outro tipo e de recorte partidário, que não bloqueio o diálogo e que, em vez do imobilismo, instaurou a dinâmica da competição entre diferentes alternativas de construção do futuro da nação.

Por isso me animo a afirmar que chegamos ao fim da jornada da transição — que a democracia brasileira finalmente repousa sobre alicerces firmes, embora seu trajeto em institucionalidade ainda demande reparos. E renco a aqui minha homenagem aos que, mantendo posições partidárias e convicções pessoais, souberam dar-se as mãos e dar a mão ao país para superar os impasses que se apresentaram ao longo da transição democrática.

Políticos em geral, e o Poder Legislativo em especial, têm sido alvo de críticas duríssimas. Críticas em parte procedentes. Longe de mim tapar o sol com a peneira por uma descabida solidariedade de classe. A sociedade tem direito de ser ou não, implacável mesmo, na cobrança de decência e transparência de seus representantes.

Mas há que separar o joio do trigo, até para que a cobrança seja eficaz.

E justo que se diga, então, em alto e bom som: a transição não teria chegado a bom termo, o edifício da nossa democracia não pararia de pé, se dentro do Congresso Nacional não tivesse havido, com o mais absoluto respeito, debates e senadores da melhor qualidade, cuja presença honraria qualquer parlamento do mundo. Homens públicos que, nas horas mais difíceis, preferiram correr o risco de se abrir aos anseios de mudança da sociedade do que se entrenchear em posições estabelecidas. Que entenderam, por outro lado, que em certos momentos é mais importante transir e ir para que a cobrança seja eficaz.

E justo que se diga, então, em alto e bom som: a transição não teria chegado a bom termo, o edifício da nossa democracia não pararia de pé, se dentro do Congresso Nacional não tivesse havido, com o mais absoluto respeito, debates e senadores da melhor qualidade, cuja presença honraria qualquer parlamento do mundo. Homens públicos que, nas horas mais difíceis, preferiram correr o risco de se abrir aos anseios de mudança da sociedade do que se entrenchear em posições estabelecidas. Que entenderam, por outro lado, que em certos momentos é mais importante transir e ir para que a cobrança seja eficaz.

Faltava transpor essa agenda dos fóruns especializados para a arena política nacional. Isto começou a acontecer no governo ante-

riador na área econômica e com o engajamento do todo o governo — engajamento do qual, convém antecipar, não vou abrir mão —, seria inflexível na manutenção da disciplina fiscal e monetária que é o fundamento da estabilidade econômica.

A agenda da modernização nada tem em comum com um desenvolvimentismo à moda antiga, baseado na pesada intervenção estatal, seja através da despesa, seja através dos regulamentos cartorários.

A realidade do comportamento da economia desde a implantação do Real desmentiu a falácia do "plano recessivo", como se a austeridade fiscal necessária ao controle da inflação andasse na contramão do crescimento.

A continuidade do crescimento da economia supõe taxas de investimento acima de 20% do PIB, como na década de 70. A retomada dos investimentos — especialmente em infra-estrutura — tem como seus pilares a confiança na estabilidade econômica do país e a construção de um marco institucional que permita à iniciativa privada exercer na plenitude seu talento criador. Marco no qual cabe destacar a crescente autonomia do Banco Central como guardião da estabilidade da moeda.

Por seu lado, a instauração de uma verdadeira democracia econômica e social supõe que a ação do Estado se volte efetivamente para as maiorias menos organizadas ou inorganizadas: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os pobres e os excluídos. Para isso é preciso resgatar o Estado da pilagem dos "interesses estratégicos", das "conquistas sociais" e da intervenção estatal que sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica e distanciava cada vez mais o Brasil do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionaram a economia mundial. E que a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento colocaria necessariamente na ordem do dia os temas da reforma do Estado e de um novo modo de inserção do país na economia internacional.

Faltava transpor essa agenda dos fóruns especializados para a arena política nacional. Isto começou a acontecer no governo ante-

rior ao do presidente Itamar Franco. Ineflexível, de uma maneira atabalhoada, num ambiente político polido por uma corte de desalmados.

Devemos à extraordinária sensibilidade política do presidente Itamar Franco que esse resultado não tenha sido levado pelo furor que colheu seu antecessor. Nas circunstâncias difíceis que todos conhecemos, guiado pelo radar da intuição do estadista que hoje o Brasil adora, o presidente Itamar conseguiu salvar o naufrágio aquilo que merecia ser salvo: as medidas no sentido da abertura externa e da desestatização da economia; mas sobretudo a manutenção, na agenda política, das reformas fundamentais para um novo modelo de desenvolvimento.

O país deve muito mais que ao Itamar Franco. Deve a restauração da dignidade da cidadania política. Deve a decisão corajosa de atacar pela raiz o mal da inflação, que exauria a sociedade, minava a confiança nas instituições e bloqueava a retomada do desenvolvimento.

Sou pessoalmente devedor de Sua Excelência pela oportunidade que me deu de conduzir o enfrentamento desse desafio, com o apoio de sua equipe e do povo brasileiro.

Desse modo, preparo-me para assumir a Presidência, não na atitude messiânica de quem se imagina portador de alguma missão divina. Faço-o, sim, como orgulhoso continuador do trabalho do presidente Itamar Franco. E como instrumento de uma agenda de mudanças amadurecida na sociedade e amplamente concebida pelas forças políticas.

Novo modo de desenvolvimento — Permitam que eu repasse os pontos fundamentais dessa agenda, sublinhando aqueles em que parceria do presidente com o Congresso e com as forças políticas em geral será imprescindível para o êxito das mudanças.

Estabilidade macroeconômica — O primeiro ponto é a continuidade e aprofundamento do processo de estabilização econômica — não como um fim em si mesmo, mas como condição para o crescimento sustentado da economia e para o resgate da dívida social.

Meu governo, pela manifestação expressa e maciça de apoio popular ao Plano Real, nasce absolutamente comprometido com a preservação da estabilidade da economia e da moeda nacionais.

Creio não ser outro o sentido do mandato recebido pela imensa maioria dos governadores, senadores e deputados recém-eleitos — tanto os que apoiaram o Plano Real como aqueles que, não apoiaram, foram sensíveis ao entusiasmo da população com a moeda forte e propuseram a sua defesa — ainda que por outros meios.

Confiar que terei a solidariedade do Congresso e dos governos estaduais no cumprimento deste compromisso.

Contarei com a colaboração da mesma equipe econômica, reforçada por quadros igualmente competentes e dedicados.

Mas a hora não é de contrabalanço apenas. É de pensar no futuro. De projejar, ar-

Continuação da página anterior

Venda de empresas com controle acionário direto ou indireto da União; venda de participações acionárias minoritárias; venda de ativos imobilizados; concessões de serviços públicos, incluindo a responsabilidade por novos investimentos; contratos de administração de serviços com empresas privadas; terceirização de atividades — são diferentes modalidades de privatização que o futuro governo pode vir a adotar, dentro de parâmetros definidos pelo Congresso e sob sua fiscalização.

Não tenho dúvida que o avanço da privatização pode aumentar a eficiência geral da economia. Desde que se faça acurada análise e se esteja atento a isso — do fortalecimento da autoridade pública com funções de regulamentação e fiscalização em cada setor.

Hoje os órgãos do governo encarregados de controlar as empresas estatais são controlados por elas.

Na verdade as estatais e suas agências "controladoras" movem-se numa zona cinzenta, onde nem bem vigora a lógica da boa gestão empresarial, nem bem vigora o interesse público. Ambas acabam atreladas por ingerências políticas indevidas, por concessões espúrias a interesses privados, pelas "conquistas" corporativas.

E preciso separar esses dois campos para reforçar a ambos — a autoridade pública e as empresas — com estas autonomias de gestão dentro de parâmetros claros de interesse social. Isto vale tanto para as empresas privadas como para as que continuarem estatais.

Mas não nos deixemos embalar por considerações teóricas sobre a economia do Estado na economia. A razão imediata para avançar com a privatização não tem a ver só com eficiência administrativa. E também de natureza fiscal.

Trata-se, é certo, de reduzir a dívida pública, para que os resultados da recuperação da "poupança pública" não sejam anulados pelo custo da "despoupança" anterior, ou seja, pelo pagamento de juros. Como heranças da indisciplina fiscal dos últimos anos, o passivo sobre o Tesouro Federal, direta ou indiretamente, passivos de mais de R\$ 200 bilhões. Os senadores conhecem bem as dificuldades dos estados. O equacionamento desses megapassivos deve passar, entre outras medidas, pela venda de ativos da União e dos governos estaduais.

Mas trata-se principalmente de dividir custos privados os pesados investimentos na expansão da infra-estrutura econômica. Numa estimativa conservadora do crescimento da economia, o Brasil terá de investir R\$ 20 bilhões por ano nos próximos quatro anos, para que não surjam gargalos na oferta de energia, transportes e telecomunicações.

O setor público não seria capaz de financiar sozinho esse volume de investimentos. E, dentro do novo modelo de desenvolvimento, nem outras prioridades as quais destinam os resultados da recuperação à situação fiscal. Refiro-me às políticas sociais.

A parceria com a iniciativa privada na infra-estrutura econômica abre espaço para que o Estado invista mais aquilo que é essencial: em saúde, em educação, em cultura, em segurança. Em suma, para que o Brasil invista mais no seu povo, no seu projeto ativo estratégico de longo prazo, que, no nosso caso, vem junto com o imperativo ético de incorporar ao processo de desenvolvimento os milhões de excluídos pela miséria.

Também aí, na área social, existe uma zona cinzenta entre o público e o privado. É a zona cinzenta do clientelismo e da corrupção, onde tantos recursos e tantas boas intenções já se extravasaram.

Por isso a parceria com a comunidade é fundamental para o êxito das políticas sociais. Não porque a comunidade possa substituir o Estado. Mas porque ela é titular a ação do Estado. Mas porque ela é indispensável para dar eficiência à essa ação, apontando as prioridades corretas, fiscalizando a aplicação dos recursos, participando diretamente da execução.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecológica. Bem como na defesa da soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neo-governamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e, por isso mesmo, sujeitas à prestação de contas e ao escrutínio público.

Além disso, com o controle da inflação, o sistema financeiro poderá voltar a cumprir sua função básica de criar poupança interna e externa, e canalizá-la eficientemente para o financiamento das atividades produtivas.

Em 1990, quando a abertura comercial ganhou velocidade, com a abolição de muitas barreiras não-tarifárias e o início do cronograma de redução das tarifas de importação, não faltou quem visse a "quebração" da indústria nacional.

Em vez disso, o que se tem visto são provas da vitalidade do nosso parque industrial. Apesar das altas taxas de inflação, que praticamente inviabilizaram o recurso ao crédito bancário, indústrias de todos os ramos e tamanhos responderam ao desafio da abertura comercial com enorme vigor. Reestruturaram-se, buscaram a atualização tecnológica e gerencial, conseguiram ganhos expressivos de qualidade e produtividade.

Nesta época de competição global, os países bem sucedidos tendem a acumular dois tipos de ativos que se caracterizam pela baixa mobilidade: de internacional e pela alta ponderação no ratião das vantagens comparativas: a infra-estrutura de energia, transportes e telecomunicações, e a qualificação da mão de obra. Resumindo: estabilidade macroeconômica, assentada na disciplina fiscal e monetária, e a continuidade do Plano Real integral, preponderância da iniciativa privada no setor produtivo, acompanhada pelo reforço dos instrumentos de regulação do Estado: constituição de uma infra-estrutura econômica e social moderna através de novas formas de parceria entre Estado, empresa e comunidade.

Eis aí, no meu entender, os pontos fundamentais da agenda de reformas que temos pela frente, para que a retomada do crescimento nos últimos dois anos seja de fato o início de um novo ciclo de longo prazo.

O Brasil tem pressa. Um presidente da República — mesmo que seja apenas o presidente eleito — não deve se aventurar na análise de riscos políticos. Pelo menos não em público. Existe sempre a tendência de o que é mera conjectura, mera "construção de

cenários", virar manchete no dia seguinte como se fosse o anúncio de algum desastre consumado.

Pois bem, se eu pudesse quebrar essa regra uma única vez, antes de me submeter aos rigores da liturgia presidencial, diria que o maior risco que corremos hoje no Brasil é o risco do sucesso.

Ocorre que uma sucessão de fatos positivos — a vitória sobre a inflação, a retomada do crescimento, as próprias eleições, até mesmo a conquista do Tetra — tudo isso levou o país a um momento de desafio e recuperação da autoconfiança.

Isto em si é ótimo. O perigo é que o desafio da sociedade nos leve a baixar a guarda diante dos problemas que persistem. E não são pequenos problemas.

Dispensamos de repetir os horrores de um quadro social que os senadores conhecem tão bem e com o qual se angustiam tanto quanto eu. Quadro que a retomada do crescimento econômico por si só não vai reverter — devemos ter isto bem claro. Que será dos milhões de adultos analfabetos e semi-analfabetos impreparados para lidar, pelos serviços sociais, com a "cultura moderna"? Ao menos os filhos deles terão direito à esperança de uma vida melhor.

A própria estabilização da economia, e com ela as chances de crescimento sustentável, não está garantida.

O Fundo Social de Emergência, que é o fundo social da estabilização, é um arranjo transitório. Como todos sabem, vai até dezembro de 95. Se ele não for substituído por medidas permanentes, o precário equilíbrio fiscal — ou o "desequilíbrio controlado", como diz o ministro Sérgio Coutinho sobre as contas da Previdência — dará lugar a um desequilíbrio aberto já em 96.

É preciso, portanto, afirmar claramente que o Plano Real é o que é: apenas o primeiro passo das mudanças e uma ponte para as reformas estruturais que perdemos a oportunidade de encaminhar neste ano.

Perdoem-me se digo o óbvio: não é a moeda forte que faz o país; é o país que faz a moeda forte.

O Brasil tem pressa, portanto. E nós, seus mandatários, temos prazo — um prazo limitado — para tomar as medidas que garantam a continuidade da estabilização e preparem o terreno para o novo ciclo de desenvolvimento.

O povo, que hoje ensaia uma reconciliação com o poder, será duro conosco amanhã se sofrer mais uma desilusão.

A agenda constitucional — Sei que recará sobre mim, como chefe do governo, a parcela principal da responsabilidade pela condução das reformas nos próximos quatro anos. Embora a agenda das reformas não seja minha, no sentido de que não fui eu que a inventei, fui eu que saí em sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Entendo que, no espírito da regra presidencialista, caberia a privacidade a discussão, pelo Congresso, das medidas legislativas necessárias para dar curso às reformas. Pretendo desempenhar esse papel com sentido democrático, filiando às minhas origens de parlamentar, dentro do rigoroso respeito à soberania do Poder Legislativo, mas com enorme afino.

Proponho que recomecemos de onde pararamos na revisão constitucional. Pela retomada da Carta de 88, dos nós que atam o Estado brasileiro à herança do velho modelo, e de algumas impropriedades que nós, constituintes, acrescentamos por nossa conta.

Tampouco nesta matéria trago alguma caixa de surpresas. Apesar dos resultados decepcionantes, o processo da revisão serviu para colocar na mesa de negociação as alternativas sobre cada tema relevante.

A esta altura, trata-se menos de introduzir ideias novas do que de articular a vontade política para deliberar. A isto eu tenho me dedicado desde que fui eleito, e já antes, na busca de alianças que dessem maior densidade partidária à minha candidatura.

Encaminharei ao Congresso em fevereiro um conjunto de emendas que retoma sugestões apresentadas à revisão pelo presidente Itamar Franco, e alternativas discutidas no âmbito do Congresso Revisor.

Permitam-me antecipar aqui o sentido de algumas dessas propostas, começando pelas duas questões que a meu ver são mais prementes: a reforma fiscal e a ordem econômica.

O regime fiscal da Constituição de 88 é economicamente ineficiente, socialmente injusto e intrinsecamente deficitário.

O roteiro para a correção dessas distorções passa pelos dispositivos sobre o sistema tributário, a divisão de competências entre União, estados e municípios, o orçamento federal e a seguridade.

Reforma tributária — Entendo que a reforma tributária reclamada pelo país não tem como objetivo a elevação da carga nominal de impostos, mas sim a facilidade de arrecadação, a eficiência da economia e a equidade social.

Essa reforma envolve somente mudanças na Constituição. Muito pode e deve ser feito também mediante leis complementares e ordinárias, e até resoluções do Senado.

Ela exige, além disso, uma atitude cooperativa da parte dos estados, que são responsáveis pelo imposto mais importante do país em termos de volume de arrecadação — o ICMS.

Com vistas à eficiência e à justiça social, teremos de reduzir os tributos sobre a folha de salários e a cesta básica.

Com vistas a diminuir o custo da arrecadação e combater a sonegação, temos de eliminar alguns impostos e integrar as máquinas de arrecadação da União com as dos estados e municípios.

Encontrar um ponto de equilíbrio entre as diferentes propostas de reforma é difícil, mas não creio que seja impossível. Algumas alternativas discutidas durante a revisão constitucional ainda avançaram bastante neste sentido. Minha intenção é encaminhar uma delas ou uma combinação delas ao Congresso, como base para a retomada da discussão desse tema.

Seria muito mais sensato, uma vez desenhado o sistema tributário que queremos, fazer uma transição gradual, avaliando a cada passo o efeito das mudanças e corrigindo eventuais erros de projeção sobre o comportamento da arrecadação.

Mas nós sabemos que é muito mais difícil e demorado corrigir erros na Constituição do que na lei ordinária.

O ideal neste terreno, como em vários outros, seria enxugar o texto constitucional, deixando o detalhamento do sistema tributário para as leis complementares e ordinárias.

Repartição de encargos — A reforma tributária também não deve alterar a distribuição da receita entre a União, os estados e os municípios.

A volta ao centralismo anterior à Constituição de 88 está fora de cogitação.

Os constituintes fizeram uma opção a meu ver correta pela descentralização financeira e administrativa do Estado brasileiro. Trata-se de dar consequência a essa opção. E isso requer recursos, buscar uma divisão mais equilibrada das atribuições.

Eu menciono antes que o princípio geral da descentralização já está escrito na Constituição.

A União deve ficar exclusivamente com funções de coordenação e pelas ações de caráter nitidamente nacional. Os estados e municípios, com a execução, inclusive a gestão financeira, dos serviços de interesse local e regional.

Isto que parece simples e lógico como regra geral, esbarra em dificuldades enormes na hora de concretizar a distribuição dos encargos. Primeiro, devido à ambiguidades do próprio texto constitucional — "ambiguidades que nós agora podemos eliminar".

Mas há dificuldades que não decorrem da lei.

Os constituintes não se faz nem se muda com rolo compressor, mas com diálogo. Ela ou deve ser a expressão dos valores mais profundos da nação; não da vontade unilateral de maiorias transitorias.

Por isso mesmo, toda a discussão de emendas constitucionais deveria ter como pano de fundo a preocupação de reconduzir a situação ao seu leito natural das regras gerais e permanentes.

O detalhamento da Carta de 88 teve o efeito indesejado de politizar questões e tribunais decisões. Matérias mais próprias de lei ordinária ou de programa de governo, uma vez congeladas na Constituição, ficam excluídas do processo político normal.

Isso tem péssimas consequências, especialmente em matéria fiscal.

O que acontece quando a rigidez da norma constitucional se choca com os altos e baixos da fazenda pública?

Os juizes devem decidir de acordo com a lei. Fazer e adaptar as leis às condições do país é tarefa dos mandatários eleitos. Quando os juizes decidem a respeito da validade de uma lei, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.

Que a busca paciente de consensos não signifique, por outro lado, a derrota. Quando se decide, não se nega pela Constituição, acabamos todos, juizes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilematante, como uma escolha de Sofia, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal.

A rigidez constitucional agrava, por outro lado, o risco inerente à mudança de normas complexas, como as relativas ao sistema tributário.

Desconstit